

# OS MOTIVOS TRACTARIANOS: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE O PROBLEMA DO SENTIDO

## **MILMAN, Luis**

Doutorado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil; Mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS, Brasil.

## **RESUMO**

A idéia de Wittgenstein sobre o silêncio instala-se na fenomenologia da linguagem como aquilo que é, pela linguagem, inalcançável. Não é a fenomenologia da comunicação que condiciona a experiência deste silêncio. Não estava em jogo, para o Jovem Wittgenstein, algo do âmbito da nossa competência para expressar (ou silenciar sobre) os conteúdos da nossa experiência. O silêncio atua ao nível da possibilidade de descrevermos a experiência do sentido da linguagem. Esta foi a conclusão apresentada por Wittgenstein no *Tractatus* (1921), um dos textos filosóficos mais comentados deste século. Este ensaio pretende discutir alguns pontos-chave dos motivos wittgensteinianos, significativos, sobretudo, para aqueles que se ocupam das questões filosóficas da comunicação.

**Palavras-chave:** Sentido. Inefabilidade. Lógica. Semântica. Proposição. Forma lógica. Dizer. Compreensão.

## 1 INTRODUÇÃO

Quero deter-me numa das idéias mais discutidas da filosofia da linguagem do Jovem Wittgenstein, que é a idéia do silenciar da linguagem sobre o problema do sentido. Não se trata do silêncio como modalidade da ação comunicativa, do calar como afastamento consciente do discurso possível. A idéia de Wittgenstein sobre o silêncio instala-se na fenomenologia da linguagem como aquilo que é, pela linguagem, inalcançável. Não é a fenomenologia da comunicação que condiciona a experiência deste silêncio. Não estava em jogo, para o Jovem Wittgenstein, algo do âmbito da nossa competência para expressar (ou silenciar sobre) os conteúdos da nossa experiência. O silêncio sobre a natureza do sentido é o silêncio sobre a experiência do próprio conteúdo linguagem, da sua semântica. Minha intenção, neste ensaio, não é, obviamente, penetrar na complexidade do pensamento de Wittgenstein para discuti-lo em todas as suas nuances. Há disponível, para os interessados, uma vasta exegética sobre o filósofo que cumpre, com muito mais precisão e rigor, tal tarefa. Ficarei restrito apenas à discussão do problema sobre a natureza do sentido, que levou Wittgenstein a concluir pela inefabilidade do objeto da teoria da linguagem.

Wittgenstein esbarrou no silêncio ao incursionar pela natureza do que pode e não pode ser dito, dadas certas características estruturais das linguagens que usamos. Suas conclusões - sem dúvida, inortodoxas para uma época otimista com respeito às possibilidades abertas pelas investigações lógicas, implicavam numa reavaliação da própria possibilidade da Lógica como ciência do sentido. Isto provocou um profundo impacto intelectual em Bertrand Russel, (de quem ele foi o mais ilustre discípulo, na primeira década deste século). É importante trazer Russel para a discussão, não

porque, entre outras coisas, trata-se de um grande pensador da lógica e da matemática. A questão é que a inevitabilidade do silêncio, esse corolário paradoxal do pensamento do Jovem Wittgenstein sobre a natureza da Lógica, relaciona-se especificamente com as bases da teoria do sentido tão cara a Russel.

Os efeitos da estranha conclusão wittgensteiniana paralisaram as idéias mais sofisticadas sobre a natureza da Lógica. Se Wittgenstein estava certo, como o próprio Russel reconheceria, ainda que com uma heróica resistência, o problema central da linguagem, aquilo que nos motiva a pensar sobre ela numa perspectiva explanatória, não pode ser resolvido por qualquer teoria da linguagem.

## **II. Lógica e Sentido**

Qual é o problema central da linguagem, para o qual buscamos explicações com nossas teorias? É o problema do sentido, da significação do que dizemos. E como o comunicar pressupõe o dizer e o dizer é inseparável, na comunicação, do compreender, o problema para o qual Wittgenstein apontou está instaurado na diversidade dos nossos modos de expressão. Wittgenstein concluiu que o silêncio é impositivo, quando se pretende descrever o *sentido* daquilo que dizemos, contra a idéia russeliana de que as proposições da Lógica são importantes exatamente porque podem fazer isto.

Obviamente que essa discussão não se inicia com Russel e, muito menos, com Wittgenstein. Penso, no entanto, que não seria equivocado atribuir a Russel e, sobretudo, a Frege, a responsabilidade pela conversão da questão filosófica muito antiga sobre o sentido da linguagem num problema que pode ser tratado com recursos da Lógica, mesmo que isto não signifique, nem de longe, que eles tenham resolvido a questão filosófica. Wittgenstein, aliás, é um dos grandes responsáveis por ter nos chamado a atenção para o tipo de perplexidades que teorias elaboradas sobre o sentido da linguagem, como as de Frege e Russel, podem trazer à tona.

Como Wittgenstein chegou a tal ponto? Ele partiu daquilo que nos parece não-problemático e tácito numa primeira caracterização da linguagem. Quando é que nos deparamos com um problema de comunicação? A resposta intuitiva é: quando não compreendemos o que nos dizem, mesmo que reconheçamos o que foi dito como uma expressão de signos familiares a nós. Também parece-me claro que, na dimensão mais evidente daquilo que não compreendemos, encontram-se os enunciados que nada dizem porque são mal-formados. Elaboremos um pouco mais essas duas noções, a de compreensão e a de formação.

Como regra geral, vale o que segue: um enunciado não tem sentido quando ele não serve para dizer nada; e isto acontece quando não tem uma forma. Não se trata aqui da emissão de um enunciado num momento determinado, mas de um enunciado-

tipo, que pode ser usado ou não em situações comunicativas. Podemos ver isto de um modo trivial. O que alguém pode alguém pode querer dizer com os seguintes enunciados-tipo?

- a. "os triângulos circulares são formas geométricas",
- b. "motores rosas foi que."
- c. "amo a mulher que não amo"

A resposta que parece se impor, para tais casos, é que não se tratam de enunciados, porque não possuem sentido. Nosso problema reside precisamente neste ponto; qual é a razão deste sem-sentido? Temos aí casos de seqüências de palavras que, por razões de formação - embora não pelas mesmas razões de formação- não possuem sentido.

Um breve ponto preliminar deve ser enfatizado aqui. Não se deve confundir tais razões com razões de interpretação. Toda interpretação envolve fatores que são *também* extralinguísticos (ambientais ou contextuais). Mas, o *sentido* que uma emissão lingüística possui não depende da interpretação que possamos elaborar desta emissão. Compreender e interpretar são atividades diferentes. A diferença relevante aqui deve ser estabelecida entre o que o enunciado *E* diz e o que alguém, num contexto *Ct*, quer dizer com o enunciado *E*. Uma interpretação sempre será processada a partir do que um enunciado diz. Um psiquiatra, por exemplo, pode tentar descobrir qual é o sentido da frase (c), proferida por um esquizofrênico. Ele pode até mesmo descobrir que o sentido de (c) é dado por uma explanação de desejos conflitantes de seu paciente. Essa explanação - que interpreta (c)-, será expressa por um enunciado complexo que inclui (c) como uma de suas partes. Por exemplo: "o sentido de '(c)' é (d) no contexto *Ct*", onde (d) ocupa o lugar de um enunciado que dá a explanação de (c). Neste caso, a interpretação do sem-sentido de um esquizofrênico foi indutivamente processada pelo psiquiatra, que apelou para um ou outro enunciado com sentido para obter sucesso. No entanto, permanecemos com o problema *semântico*: por que (c) é incapaz de expressar um sentido?

Frege e Russel fizeram uma revolução nas idéias que temos sobre a Lógica, ao defenderem, com uma argumentação sofisticada e persuasiva, que a Lógica é capaz de fornecer uma explicação do sentido do dizer. Em que pese a discordância de Russel com relação a pontos importantes da teoria do significado de Frege, o cerne desta argumentação são duas idéias comuns a ambos:

- i. a idéia de que o objeto de estudo da Lógica é a *forma* das proposições que possuem sentido.
- ii. que o sentido de um enunciado é determinado por suas *condições de verdade*.

É claro que, se a Lógica pode elucidar o problema do sentido, ela pode fazer muito mais do que habitualmente se imagina que ela faça. Ela explica, por exemplo, as razões do sem-sentido de muitas coisas que, *prima face*, podemos dizer. Frege e Russel estavam convictos de que a Lógica poderia explicar como nossa linguagem funciona, graças às descobertas que alguns lógicos (eles, inclusive) e matemáticos fizeram no final do século XIX. Wittgenstein, no entanto, interrompeu essa onda de otimismo acerca da perspicuidade do objeto da Lógica, que é o sentido. Ele disse que a Lógica não pode fazer o que seus mestres acreditavam ser possível, *viz.*, ela não pode ser uma Teoria do Sentido da Linguagem. Para ele, a Lógica não pode descrever o sentido das proposições. Sobre o sentido, a Lógica, que deveria ser a ciência cujo campo de elucidação é o sentido do que dizemos, não faz mais que silenciar.

Russel (assim como muitos depois dele) viu nessa afirmação um repto às pretensões elucidativas da ciência que ele acreditava ser capaz de explicar como o mundo pode representar o mundo. Diante do desafio, Russel tentou salvar a sua idéia de Lógica com uma saída heróica: aquilo que há para ser dito sobre o sentido de uma linguagem, pode sê-lo por uma outra linguagem, de nível superior à primeira linguagem. E o sentido da linguagem de nível superior, por sua vez, pode ser descrito por uma outra linguagem de nível ainda mais superior, uma metalinguagem (mais tarde, a linguagem representada por uma outra linguagem foi chamada de linguagem objeto da metalinguagem, e essa teoria cresceu e se desenvolveu: hoje ela é chamada de teoria dos modelos).

Linguagem, metalinguagem, linguagem objeto, modelos, dizer. Tudo isto envolve questões filosóficas abrangentes e técnicas. Meu ponto, no entanto, independe de que tais questões venham a ser aprofundadas. Eu estou preocupado com o aspecto que pode ser relevante para entender a natureza do problema que se coloca para os teóricos da linguagem e da comunicação, a saber: é possível descrever o sentido da linguagem? Wittgenstein disse que não, que o silêncio é inevitável quando a Lógica tenta penetrar na essência da linguagem, na razão de seu sentido. Por isso, as pessoas podem ou não gostar de Lógica, mas quem considera relevante estudar a linguagem e a comunicação, não pode ignorar a importância de uma reflexão sobre a natureza da Lógica para suas pesquisas. Na perspectiva de Frege e Russel, a Lógica não é um jogo notacional vazio. Ela, como ciência, tem um objeto, a saber: o sentido.

O jovem Wittgenstein não admitia a idéia de metalinguagens, que é a idéia de que o sentido de uma linguagem pode ser descrito por uma outra linguagem. A sua tese do indizível é a expressão desta recusa, motivada - e aí está o problema- por um penetrante estudo sobre a forma do que pode ser dito. Com a tese do indizível cravada

no seio da ciência que pretendia tornar tudo claro, ele estremeceu as bases de toda a filosofia contemporânea.

Wittgenstein tinha uma grande admiração por Russel e, por isso, o convidou para escrever o prefácio daquele que viria a se tornar um dos grandes textos filosóficos do nosso tempo: *O Tractatus Logico Philosophicus*. Mas, Wittgenstein decepcionou-se com a saída heróica de Russel para o problema da inefabilidade do sentido da linguagem. Para ele, as idéias expostas no Tractatus jamais poderiam ser compatibilizadas com a saída heróica das metalinguagens.

Para Wittgenstein, representar como uma representação representa o mundo é impossível. Dito de outra forma: é impossível representar o sentido de uma representação, aquilo que faz de uma representação uma representação. Para a idéia de representar, ele usou a expressão "afigurar" e não representar. A linguagem afigura o mundo; e se o modo da figuração não pode ser representado, então o sentido —que é precisamente este "modo", está além da capacidade expressiva de qualquer linguagem. Chega-se, assim, a uma conclusão extrema: o silêncio cai sobre a linguagem quando pretendemos que ela venha a representar o seu modo de afigurar, que é o seu sentido. É claro que Wittgenstein não estava falando da linguagem no sentido que um gramático fala da linguagem. Um gramático fala da linguagem como sendo uma coleção orgânica de categorias fonológicas, morfológicas e sintáticas, e isto pode ser feito. O que não pode ser feito é descrever (representar) a semântica da linguagem por uma outra linguagem, porque não há outra linguagem, não podemos sair da nossa linguagem para descrevê-la naquilo que ela faz, na sua forma de representar o mundo. É isso que Russel não aceitava e Wittgenstein dizia que era inevitável, dadas certas premissas fundantes da própria teoria do sentido, que é a Lógica.

Esta foi a conclusão a que Wittgenstein chegou por volta de 1911 e que foram escritas nos seus Notebooks (1914 e 1916), anteriores ao Tractatus (1921). Se dermos alguma credibilidade aos especialistas, um dos maiores textos filosóficos deste século trata da linguagem. Também por isso não podemos deixar de considerar relevante a discussão que se estabeleceu entre Wittgenstein e Russel, em cuja base está o seguinte problema:

### **III. A estrutura da Linguagem**

Dizemos coisas com a linguagem. Mas o que é dizer? Na filosofia ( e esta é uma idéia muito antiga, está em Platão, no Sofista e no Teeteto, e está em Aristóteles, na Metafísica e no Da Interpretação), dizer era propor uma correspondência, uma correspondência entre o que é dito ( que é diferente do ato de dizer) e o que há, independentemente daquilo que dizemos. E o que há independentemente do que

venhamos a dizer, é, de um modo muito geral, o que podemos chamar de "o mundo". O mundo não está contido no dito, pelo menos se não olharmos para nós mesmos como seres que possuem um intelecto divino. A linguagem que Wittgenstein perscruta filosoficamente é a nossa linguagem, que representa o mundo. Aquilo que é dito ( a coisa dita) é uma proposição, (também chamada de pensamento ou conteúdo de um juízo, que é o ato de dizer). O Jovem Wittgenstein acreditava neste modelo de linguagem, que é o modelo do dizer preposicional, declarativo, afirmativo, um modelo, aliás, muito forte.

A proposição é o conteúdo do que dizemos e, lembrem-se: Nós não dizemos nada se não formos capazes de seguir um determinado padrão de dizer, um determinado formato. É claro que alguns podem resistir. Pode-se alegar que as frases que mencionei anteriormente têm sentido. Independentemente de terem ou não sentido para alguém, tal discussão não afeta o ponto que importa acentuar, a saber: que não podemos dizer ou compreender uma sentença que não tenha sentido; e nem pode ser usada para sustentar que qualquer seqüência de palavras têm sentido. Há seqüências com sentido e há seqüências sem sentido. E saber por que existem sentenças dos dois tipos era, como vimos, uma tarefa que pensadores como Frege e Russel atribuíam à Lógica.

Prossigamos. Ao que advém o sentido? Pense em dizer algo. Por exemplo: Isto é assim ou assado, tal coisa é agradável ou desagradável, tal sentimento é intenso, tal sensação é estranha, ou seja lá o que for. Concordaremos que isto que podemos dizer na nossa língua, pode ser dito em várias línguas. Portanto, o veículo do sentido não é a sentença de uma língua qualquer, mas aquilo que pode ser dito ( por hipótese) por sentenças de quaisquer línguas. O sentido advém ao conteúdo da sentença ( à proposição) e não à sentença de uma ou outra língua. Uma sentença de uma língua têm sentido porque expressa uma proposição. É a esta que atribuímos sentido primariamente.

Ora, se não importa a *língua* do dizer, para discutir o sentido, o formato do que é dito não é o formato específico de uma *língua*, porque o formato de uma língua é diferente do formato de outra língua (considere-se às distinções morfológicas e fonológicas das línguas). O formato do que pode ser dito é o formato das proposições, que podem ser expressas por muitas línguas diferentes. E a linguagem que trata do formato das proposições é a Lógica. Portanto, o problema do sentido se resolve, pelo menos em parte, quando descobrimos qual é o formato das proposições, que é aquilo que as sentenças de uma língua qualquer expressam.

Wittgenstein, como Frege e Russel, acreditava que não há proposição que não possua uma forma lógica, porque sem forma lógica, sem um determinado padrão estrutural, nada pode ser dito. Que forma lógica é esta? É a forma de todas as proposições com sentido! Mas como podemos saber que há uma forma lógica e não muitas? Como podemos dizer que todas as proposições obedecem aos mesmos padrões formais?

Estamos falando de coisas que nos são muito familiares, como o dizer e o seu conteúdo. Ainda não fiz referência ao silêncio lógico, à razão pela qual ele entra nesta história. Quando falamos sobre isto que nos é muito familiar, sobre isto que é uma quase-natureza para nós, nos admiramos com aquilo que parece anteceder a possibilidade do dizer, que é a possibilidade do que pode ser dito. É sobre a possibilidade do que pode ser dito que se debruçam os filósofos da Lógica, seguindo os passos de Frege. Eles fazem o percurso do que dizemos para a sua possibilidade. O domínio da Lógica é o domínio do que é possível. Para Wittgenstein, o possível é aquilo que uma proposição com sentido diz. Como não se pode dizer nada que não tenha forma lógica, o problema do que é possível dizer e o problema do sentido estão internamente conectados pela forma lógica.

É essa forma lógica, esse padrão, que torna nosso dizer possível. É porque tem um sentido que a proposição dita numa língua qualquer será compreendida. E somente depois de compreendermos um enunciado é que poderemos, se for o caso, decidir se este é verdadeiro ou falso. A verdade ou a falsidade de uma proposição são propriedades extrínsecas de uma proposição; logo, não são propriedades semânticas essenciais. Elas advêm às proposições quando ditas por um sujeito epistêmico, isto é, por um sujeito que tem a capacidade epistêmica de saber, com relação à proposição que ele usa, se a mesma é ou não é verdadeira. Dizer é uma ação que afirma a verdade ou a falsidade de uma proposição que possui sentido. Muita filosofia descuidada tem sido produzida sobre a impertinência desta bipolaridade para a questão do significado. Mas não penso que destes descuidos tenham surgido algo de importante. É só apelarmos para a linguagem em sua rotina para constatarmos que as pessoas conversam sobre o que acreditam ser verdadeiro ou falso. No entanto, em si mesma, ou seja, fora da ação de propor, que é o dizer, uma proposição ainda não é verdadeira nem falsa.

Quando um sujeito *S* diz que a imprensa brasileira é livre, *S* age comunicativamente; *S* diz (enuncia) algo que julga ser verdadeiro, a saber que a imprensa brasileira é livre. Em que se baseia *S* para afirmar tal estado de coisas? Obviamente, na sua experiência, nas evidências que possui, nas correlações que estabelece entre o que está dizendo e os fatos, que neste, caso, são muitas. Em suma,



*S afirma que 'p' é verdadeira* implica que *S tem conhecimento de alguma evidência que torna 'p' verdadeira*. Certamente que isto não implica, por sua vez, que a evidência seja suficiente ou mesmo adequada. Mas a questão aqui não é discutir o tipo de evidência necessária para tornar uma proposição verdadeira, que é uma questão epistemológica. Trata-se apenas de dizer que nenhuma proposição que tenha sentido é ou verdadeira ou é falsa em vista do mero ato enunciativo de alguém. Implica em dizer que não é porque é verdadeira ou é falsa que uma proposição tem sentido. A verdade ou a falsidade de uma proposição não está contida na proposição ou no sujeito que a enuncia. É sempre importante diferenciar um juízo (o ato de dizer ou de enunciar uma proposição, também chamado ato ilocucionário, depois de Austin) de seu conteúdo. O ato ilocucionário é uma posição deliberada de um sujeito S com relação à verdade ou falsidade de uma proposição: o juízo "que p" é idêntico a "p é verdadeiro para o sujeito S" e "p é verdadeiro para S" é idêntico "S possui evidência(s) que p".

Aqui estamos falando das proposições e não dos atos de enunciação de proposições. É na proposição, na possibilidade do dito, que se coloca, para Wittgenstein, o problema do sentido. "A 'experiência' de que precisamos para entender a lógica não é a de que algo está assim e assim, mas a de que algo é: mas isto somente *não* é experiência. A lógica é *anterior* a toda a experiência - de que algo é assim. Ela é anterior ao como, não anterior ao quê." (Tractatus, 5.552) A Lógica trata de um tema sobre o qual não temos experiência e isto parece ser algo difícil, para dizer o mínimo, de aceitar. Mas prossigamos, porque espero que esse ponto torne-se mais claro em seguida.

Na perspectiva de Wittgenstein, a Lógica trata do sentido, que é uma propriedade semântica das proposições; e não trata da verdade, que é uma propriedade epistemológica das proposições. As proposições possuem sentido em função da sua forma e não do seu conteúdo. As idéias que o Wittgenstein tractariano acreditava serem aplicáveis para descrever a forma das proposições é conhecida e dela farei apenas uma descrição rápida:

(1) *símbolos que dizem e os símbolos que não dizem*: nossas linguagens contam com símbolos que se enquadram em tipos lógicos - símbolos para objetos e símbolos para propriedades. Das combinações possíveis destes símbolos surgem as proposições, que são os símbolos próprios do dizer. As proposições, os símbolos com os quais dizemos algo, são concatenações destes símbolos primitivos, que, se não estiverem combinados, não servem para dizer nada.

(2) *O símbolo que diz*: O símbolo que diz é concatenado, é um símbolo proposicional e não um símbolo indexical. Os símbolos indexicais que não são concatenados nada

dizem. Um símbolo que diz é uma proposição, sendo que há dois tipos de proposições, as simples e as complexas. Uma proposição é simples se os símbolos que a constituem não são proposições; complexa, se é constituída por proposições simples. Russel chamou as primeiras proposições de *atômicas* e as últimas de *moleculares*. Wittgenstein chamou as proposições atômicas de *elementares*

Alguém pode achar estranho a afirmação de que há símbolos que não dizem nada. Bem, há uma distinção entre simbolizar e dizer. Pode-se simbolizar a propriedade "vermelho" ao se pronunciar a palavra vermelho, mas a palavra 'vermelho' não diz vermelho, pois afinal, o que é que "vermelho" diz? Mesmo assim, admitir que, isoladamente, certas palavras ( como vermelho) simbolizam, é assumir um compromisso com uma idéia sobre o simbolizar. Neste caso, a idéia é que certas palavras simbolizam porque são índices (indicam, fazem referência, designam, denotam) de objetos e propriedades. Elas simbolizam, em resumo, porque são nomes.

Não podemos dizer nada com palavras isoladas, a não ser que estejamos usando palavras isoladas como abreviaturas ( por economia de tempo, digamos) para símbolos com os quais efetivamente dizemos algo. Tais símbolos são seqüências de palavras, ou sentenças (que expressam proposições). Diz-se alguma coisa com a sentença "O vermelho é uma cor", ou "o vermelho é a cor da camisa do Inter." Aquilo que é dito é uma proposição, a saber, que tal e tal situação é o caso.

(3) *Símbolos que não simbolizam*: Nas nossas linguagens, há símbolos que não fazem referência a nada, mas que permitem formar expressões concatenadas complexas, a partir de expressões concatenadas básicas. Exemplo: "e", "ou", "não", "todo", "algum". Se contamos com estes três tipos de símbolos (nomes de objetos singulares, nomes de propriedades, conectivos, além de símbolos que permitem generalizações, contamos com os elementos estruturais de qualquer linguagem. É claro que é preciso que alguém use a linguagem para que ela funcione. Na realidade, quem diz, quem propõe, é quem usa a linguagem. A possibilidade de dizer é a noção primitiva aqui, embora não seja, como vimos, a proposição que diz algo, mas o ato de dizer a proposição, que Frege chamava ato de juízo e que Austin chamou de ato ilocucionário.

Corresponder a algo que de fato existe no mundo não é o que torna dizível uma proposição (e na outra ponta, na ponta de quem ouve, que a torna compreensível). A propriedade que dá sentido a uma proposição não é o corresponder, mas a possibilidade de corresponder. "que Olívio Dutra é governador" é algo que dizemos e que compreendemos porque possui sentido e "possuir sentido" é uma possibilidade contida no dito, é a possibilidade de corresponder ou não a algo no mundo, a um fato. Se

corresponde, dizemos que o dito é verdadeiro e se não corresponde, dizemos que o dito é falso.

Para que a proposição possa vir a corresponder a algo no mundo, ela deve ter, contida em si, o sentido, que é a possibilidade bipolar de direção de um símbolo para o mundo; ela é essa projeção, essa seta (como dizia Wittgenstein) apontada para o mundo, que é anterior a sua eventual correspondência com algum fato no mundo. A possibilidade da direção é o que se chama "o sentido da proposição". O sentido está ligado ao que é dito pela proposição. O *que* da proposição é a sua forma, que é o seu modo de representação do mundo, correspondente ao modo do poder ser do mundo.

Digressão: não se preocupem com a palavrinha "é", porque esta palavrinha se incorpora na junção da propriedade com o objeto, na proposição. Há línguas em que o verbo ser não se conjuga. Lembrem-se que a estrutura da proposição não é a estrutura da língua que usamos para expressar ou comunicar a proposição. Qual a língua na qual não há o símbolo "é"? Trivialmente, a Lógica e a Matemática e, até onde sei, o hebraico, o sânscrito e certas línguas ameríndias. Não há correlato morfológico de "é" em hebraico. Mas podemos dizer, em hebraico, tudo o que dizemos em Português. Mais uma digressão: Por causa desta universal onipresença da predicação, que é uma onipresença não explícita em muitas línguas, muitos concluíram (até fins do século XVII) que o pensamento ocidental deixou-se enganar pela sua matriz morfológica, pelo seu próprio jeito de predicar, a ponto de passar a crer que o modo de expressar a pertinência de um objeto a um predicado, era, ele mesmo, um tipo predicado (ser).

Retomada: Lembre-se, falamos de símbolos que representam porque funcionam como nomes. Por volta de 1911, Russel deu-se conta de um problema muito grave com a sua hipótese. Se o dizer de uma proposição é uma articulação de nomes num ato de juízo, se o dizer é nominativo ou designativo, o que, na mais simples das proposições, funciona como designação ou nome da articulação dos nomes que nela intervêm? Como aparece, na proposição, o nome da articulação (da forma lógica)?

Russel contava inicialmente com uma idéia poderosa, a idéia de relação como função formulada por Frege e que constituiu a maior revolução da história do pensamento sobre a natureza do dizer. Para Frege, todas as propriedades eram relações (ou funções, como ele chamava, numa terminologia que emprestou da Matemática). Todos os nomes de propriedades eram nomes de relações. Na sentença "Olívio é governador", temos um símbolo para uma pessoa (Olívio) e um símbolo para uma propriedade de Olívio (governador). Juntos num ato de dizer, eles enunciam que Olívio é governador. "que Olívio é Governador" é aquilo que, no caso de Olívio ser governador, corresponde a algo no mundo. Agora, se Olívio é cantor ou é prefeito, ou

se não existe ninguém chamado Olívio, ou se não houver maneira de saber se Olívio é uma pessoa de carne e osso ou é apenas uma personagem de ficção, a proposição "*que Olívio é governador*" não representa nenhum fato do mundo, embora continue sendo compreensível. É fácil, portanto, entender a razão pela qual uma proposição que não possui correspondência na realidade, possui, mesmo assim, sentido.

Bem, mas qual é a vantagem de definir "governador" como uma relação? Há muitas, mas quero deter-me em uma apenas. Russel estava preocupado em explicar como designamos aquilo que é indispensável para o dizer, que é a forma lógica do dizer. Uma linguagem estruturada conta com símbolos que designam objetos e propriedades, os tijolos com os quais um falante pode construir enunciados bem simples, tais como "Olívio é governador". Se a linguagem é mais sofisticada (como as nossas), há também símbolos não designativos que permitem conectar proposições simples com outras proposições simples e permitem que façamos generalizações. Mas, onde entram os símbolos para relações nas proposições simples, do tipo "Olívio é governador"? Aqui parece não haver relação alguma. Qual a vantagem de definir "governador" como uma relação?

A vantagem é a seguinte: podemos dizer que se trata de uma relação intransitiva, que se aplica a apenas um termo singular, enquanto as demais relações se aplicam a dois, a três ou a muitos termos singulares, sendo por isso transitivas. Com este expediente simples, tudo o que há de estrutural em todas as linguagens passa a ser, em princípio, capturado pela Lógica de Predicados e, por isso, se fala na "revolução de Frege", na superação dos limites de Aristóteles.

Propriedades são relações e seus nomes só simbolizam quando relacionam-se com outros nomes. Assim, há dois tipos lógicos de símbolos simples (ou nomes): aqueles que nomeiam objetos simples e aqueles que nomeiam relações transitivas e intransitivas. Nós sabemos a que tipo os nomes pertencem apenas quando eles são usados numa proposição. Isto nos leva a reconhecer que as propriedades semânticas das relações são distintas, portanto, das propriedades dos símbolos que nomeiam objetos, como os nomes próprios. Isto quer dizer que um símbolo relacional só funciona como articulador de uma unidade representacional mais complexa, que é a proposição. É apenas na proposição que tem sentido falar em propriedades. Fora delas, somente podemos nomear coisas auto-subsistentes e propriedades não são auto-subsistentes. Elas simbolizam incompletamente, como Russel dizia. Frege as chamava, antes de Russel, de *símbolos insaturados*, enquanto os nomes próprios, eram chamados de *saturados*. Na proposição "Olívio é missioneiro", o nome "Olívio" é saturado e "é

missioneiro" é insaturado: a condição para que nomeie é que esteja combinado a um símbolo saturado numa proposição.

#### **IV. A designação da forma lógica**

Vimos que uma linguagem é essencialmente designativa, na perspectiva de Wittgenstein (que era a perspectiva de Russel e de Frege). A questão que se impunha padra a doutrina da designação, portanto, dizia respeito à designação da forma lógica neste ambiente doutrinário. A saída heróica de Russel para a sua doutrina da designação da forma lógica é uma extensão da sua teoria do conhecimento por familiaridade e da teoria das relações. Com isso, Russel pensou ser possível designar a forma lógica de cada proposição, na medida em que fosse possível demonstrar que podemos designar as formas lógicas, que são relações. A saída heróica é a seguinte: proposições são constituídas por elementos que designam objetos, relações e pela sua forma lógica, que passa a ser entendida como um tipo de relação e, conseqüentemente, passa a ser designável, mesmo que tal papel designativo somente seja alcançado na própria articulação proposicional. A saída é heróica porque apresenta a forma lógica como mais um elemento designável no interior da proposição, um constituinte da proposição que somente o olhar penetrante da Lógica é capaz de tornar visível

Consideremos, então o problema que tal solução deveria resolver. Como tenho enfatizado, não se trata de um problema técnico, que interessa apenas a lógicos. Trata-se de um problema para todos que pensam ser possível elaborar uma teoria sobre o que é necessário saber para que se possa compreender uma linguagem. Exemplifiquemos com duas proposições distintas:

(p) Otelo ama Desdêmona

(w) Desdêmona ama Otelo

(p) e (w) são idênticas, se considerarmos os designadores que as constituem. Mas, sabemos que elas possuem significados distintos. O que é isto que sabemos e que torna (p) e (w) semanticamente diferentes? A resposta natural é: sabemos que em (p) e (w) os nomes dos indivíduos Otelo e Desdêmona são relacionados distintamente pelo nome da relação amar (no caso, por um modo do nome desta relação). E como podemos representar tal distinção, se os signos que constituem (p) e (w) são os mesmos? Por meio de signos que descrevem as distintas formas de relacionar, a saber, as próprias proposições (p) e (w). (p) e (w) devem descrever que tal relação (ama) se mantém entre dois indivíduos (Desdêmona e Otelo) de forma distinta. Neste ponto, surge a pergunta crucial para a qual Russel pensou ter descoberto a resposta: Como (p) e (w) descrevem a sua forma?

Fiquemos com a proposição (w) "Desdêmona ama Otelo". Aqui os designadores são os nomes de indivíduos ("Desdêmona", "Otelo"), o nome da relação ("ama"). Não há, na sintaxe superficial de (p) nada que funcione como o nome da forma lógica da proposição que relaciona o nome da relação "ama" aos nomes dos indivíduos. Este nome da forma lógica não é discernível na sentença do Português que expressa a proposição. Para Russel no entanto, o nome da forma lógica de (p) está lá e emerge, digamos assim, da análise da sentença em seus componentes lógicos. Eis o nome da forma lógica, depois da devida análise:

***"Existe um indivíduo x (designado pôr 'Desdêmona'), existe um indivíduo y (designado por 'Otelo'), existe uma relação R (designada por 'ama'), e existe uma relação relacionante designada por 'x ama y'.***

A tese russeliana foi desenvolvida no manuscrito Theory of Knowledge, escrito em 1913, que permaneceu impublicado até 1984, devido às objeções de Wittgenstein.<sup>(1)</sup> Russel afirmava que , para compreender o sentido da proposição (p), era preciso estar familiarizado com quatro componentes: com os indivíduos nomeados por "Otelo e "Desdêmona", com a relação nomeada por "ama" e com a forma lógica da proposição "Desdêmona ama Otelo". Portanto, os indivíduos, as relações e a forma lógica devem ser familiares (devem ser objeto de um conhecimento não-mediatizado por nenhum outro símbolo) para quem diz alguma coisa. Tal conclusão decorre da idéia de conhecimento por familiaridade que Russel adotava, a idéia de os constituintes últimos da realidade nos são dados numa relação epistêmica não-mediata (obviamente que esta epistemologia é problemática, mas esta é outra discussão). Logo, a realidade é constituída por objetos particulares, propriedades e formas lógicas. Esta coisa que alguém diz, a proposição, só é possível porque pressupõe um conhecimento representacional, não-mediatizado por outras proposições, de um juízo que articula nomes de objetos com nomes de relações e nomes de formas lógicas. Portanto, também as formas lógicas podem ser nomeadas ou designadas.

Na perspectiva de Russel, a forma das proposições mais simples é um elemento da própria proposição, passível de descrição por uma proposição complexa, que aparece como um elemento constituinte (junto com os nomes) das proposições simples. Este elemento - a forma lógica - é a *concatenação que concatena a concatenação de nomes de indivíduos e nomes de propriedades*. Uma concatenação concatenante. A forma lógica é a maneira de articular símbolos num *ato de juízo*, de tal modo que, desta maneira, a articulação torna-se o veículo de um dizer. Ou, de outro modo, é o modo pelo qual uma concatenação determinada de símbolos adquire sentido. Com isso, Russel pensava solucionar um problema e preservar a doutrina da designação: o

problema da diferença de sentido entre essas duas proposições: "O professor de Semiologia é mais simpático que o professor de Arqueologia" e "O professor de Arqueologia é mais simpático que o professor de Semiologia" é uma diferença de forma lógica. Pode ser uma diferença óbvia, você dirá. Mas o problema não é reconhecer certas obviedades, é a possibilidade de explicar certas obviedades. Se não somos capazes de explicar certas obviedades, como explicaremos não-obviedades? Não podemos começar a construir um edifício pela pintura das paredes!

Falei em saída heróica e esta é uma saída heróica que não funciona. Russel não se deu conta da razão pela qual o sentido de uma representação não pode ser representado. E qual é essa razão? Recordemos: Um dizer, um ato ilocucionário, diz algo. O que o dizer diz? Que uma determinada concatenação de coisas corresponde a um fato. A palavra "fato", tal qual é usada pela tradição filosófico-linguística, é um designador para um complexo articulado de objetos. Wittgenstein dizia que a realidade é a totalidade dos fatos. Vimos, quando falamos da bipolaridade da direção de uma proposição, que uma proposição é aquilo que pode ser verdadeiro ou falso. Será verdadeiro se enuncia um fato e falso se não o enuncia. Além disso, a mesma proposição que é verdadeira porque, num ato ilocucionário, enuncia um fato, poderia ser falsa, caso não o enunciasse

Não podemos perder de vista aquilo que dissemos mais acima sobre *ser verdadeiro (ou ser falso)*. Verdade e falsidade não são propriedades internas, intrínsecas de uma proposição. Um dizer não é verdadeiro (nem falso) simplesmente na sua enunciação. Proposições que são *a priori* verdadeiras são as proposições que nunca podem ser falsas, como é o caso das proposições lógicas, que são constituídas apenas de variáveis. Tais proposições nunca são elementares e também nunca são fatuais. Elas são sempre verdadeiras, logo Wittgenstein dizia que elas não possuem sentido, uma vez que possuir sentido é, por definição, poder ser ou verdadeira ou falsa. Russel pensava que este tipo de proposições nomeia formas lógicas e que estas são reais, embora sejam entidades de um tipo abstrato, platônico.

Proposições elementares são fatuais, são verdadeiras apenas se correspondem a fatos e fatos são extrínsecos ao dizer. No entanto, para que possa corresponder a um fato, o dizer deve poder fazê-lo. *É esta possibilidade que constitui o seu sentido*. O que é intrínseco ao dizer é o seu sentido. Verdade e falsidade são propriedades que nossos dizeres adquirem quando confrontados com a realidade, que é extrínseca ao dizer. A verdade ou falsidade das proposições atômicas é sempre contingente. Por isso, é da essência de uma proposição atômica que é verdadeira, a possibilidade de ser falsa.

Possuir sentido é independente e anterior a ser verdadeiro ou ser falso. Trata-se de uma propriedade semântica que as proposições possuem em virtude da sua forma. O sentido é interno à proposição e a torna compreensível. Um fato é externo à proposição e a torna ou verdadeira ou falsa. Isto não é novo e já Aristóteles o afirmara, quando disse, no *tratado Da Interpretação*, que tudo que se pode negar, pode-se afirmar. Portanto, o sentido não é a verdade da negação nem da afirmação. Isto seria o mesmo que condicionar o que é dito à sua verdade ou à sua falsidade, um flagrante absurdo.

Foi precisamente esse absurdo que Wittgenstein percebeu na saída heróica de Russel para o problema da forma lógica. Se Russel estivesse certo, e a forma lógica fosse um elemento da proposição, então para que pudéssemos compreender a proposição "Arabela odeia Cinderela", seria necessário que soubéssemos que a seguinte proposição é verdadeira: **"Existe alguma coisa x, existe alguma coisa y, existe uma relação R, de tal modo que xRy"**. Em outras palavras, seríamos forçados a admitir que "Arabela odeia Cinderela" tem sentido porque a proposição : **"Existe alguma coisa x, existe alguma coisa y, existe uma relação R, de tal modo que xRy"** é verdadeira. Ora, isto seria afirmar que o sentido de uma proposição depende da verdade de uma proposição generalizada, o que como vimos, é um absurdo, porque o sentido de uma proposição atômica qualquer independe da sua possível verdade ou falsidade, quanto mais da verdade de outra proposição! Para Russel, para que viéssemos a compreender o sentido de uma proposição simples, como a "A Lua é branca", por exemplo, seria necessário sabermos a verdade *a priori* de uma proposição existencialmente generalizada que representa a sua forma lógica.

Se Russel estivesse certo, poderíamos representar o sentido das proposições elementares por uma proposição que tem a propriedade de ser logicamente verdadeira. E isto contraria a premissa de que o sentido de uma proposição elementar é independente da sua possível verdade. Logo, Wittgenstein concluiu que o sentido não pode ser representado, embora sejamos forçados a pressupor que todas as proposições elementares com sentido possuam uma forma lógica, porque é a forma lógica que faz com que uma proposição tenha sentido.

Este é o paradoxo da inefabilidade da lógica, que o é paradoxo da inefabilidade da semântica, do sentido. A Lógica, que é a ciência da forma lógica, não pode descrever a forma lógica, porque a forma lógica não é algo que possa ser descrito. A forma lógica é inerente à proposição, ela torna algo numa proposição, mas não a podemos capturar representacionalmente. Quando se tenta dizer o que a linguagem faz, conta-se com a linguagem funcionando. E a linguagem funcionando não pode ser



representada. Perguntar pelo sentido de proposição nos conduz ao limite do que pode ser dito, porque o sentido não é objeto de um conhecimento possível. Primeiro porque não é um objeto, como Russel pensou que era (um objeto de familiaridade); segundo, porque é precisamente o sentido do que dizemos que torna possível o conhecimento que temos do mundo, e que é representado por proposições.

Eis o impasse da Lógica: ela não é capaz de representar o que a justificaria como ciência. É por isso que a filosofia de Wittgenstein é tão surpreendente quanto extrema: ele afirma a forma lógica de um modo que a torna necessariamente inefável, ou seja, ela não pode ser expressa pela linguagem. Em última análise, para o Jovem Wittgenstein existia apenas uma categoria na qual tudo que pode ser configurado no mundo (e representado na linguagem) se enquadra: a categoria dos objetos simples; e esta incluía as propriedades e as relações, ou seja, incluía tudo aquilo que pode ser simbolizado por nomes, que constituem as proposições. Quanto a forma lógica, o *Tractatus* afirma:

2.0124 Dados todos os objetos, com isso estão dados também todos os possíveis estados de coisas.

2.014 Os objetos contêm a possibilidade de todas as situações.

2.0141 A possibilidade de seu aparecimento em estados de coisas é a forma do objeto.

A forma lógica deve estar contida nos próprios objetos e a complexidade do mundo é a complexidade de todas as possíveis configurações de objetos simples em fatos. A essa complexidade corresponde a forma lógica de todas as proposições, que cada proposição exibe, mas é incapaz de descrever.

Esta doutrina é tão fundante quanto estranha, quando falamos da linguagem, porque da nossa capacidade de representar o mundo com proposições somos lavados ao silêncio sobre como somos capazes de fazê-lo. O silêncio decorre da não-existência de *fatos* lógicos que possam ser representados. A Lógica se mostra, não se diz.

Quero chamar a atenção para um ponto decisivo nessa história: a idéia da inefabilidade do sentido é uma decorrência da aceitação de Wittgenstein da (muito antiga) doutrina da designação. Mas, mesmo depois de ter mudado de opinião sobre esta doutrina, depois de tê-la abandonado, na sua virada numa direção oposta e, novamente revolucionária (do ponto de vista de nossas idéias sobre a linguagem) Wittgenstein não superou a interdição do silêncio sobre o sentido. Ele simplesmente radicalizou o ponto de vista de que o sentido não é uma propriedade que pode ser descrita pela teoria da linguagem.

Convém lembrar que, para chegar ao problemas que eu apenas pincelei rapidamente, Wittgenstein seguira a doutrina da representação como nomeação. Ele, digamos assim, a esticara até o seu limite, extraindo dela todas as suas conseqüências e concluindo pela identidade de forma entre a totalidade das proposições e a totalidade do mundo, do qual partimos para termos representações pontuais (proposicionais) do mundo. Mas depois de todo este esforço, ele mudaria de rumo, durante os anos 30, para rejeitar a própria matriz metafísica da doutrina da representação como nomeação.

O Wittgenstein mais maduro terminou por fazer uma crítica desta matriz, cuja essência é a idéia de que os símbolos primitivos da linguagem são nomes de objetos simples. E, por conseqüência, terminou por fazer uma autocrítica filosófica tão aguda quanto fora a doutrina exposta no *Tractatus*. Nesta fase madura, o denotar deixa de ser condição da expressividade da linguagem para transformar-se em um jogo, entre indefinidamente muitos jogos de linguagem. E a pergunta sobre o que é o sentido foi substituída pela pergunta, como afirma Michael Dummett, pela investigação de certas frases complexas que contém a palavra "significado":

... assim podemos perguntar sob que condições desejamos dizer que uma expressão, em particular, uma sentença, possui sentido ou perde seu sentido; ou sob que condições duas expressões possuem ou não o mesmo sentido. Dessa forma, podemos substituir a investigação sobre a natureza do significado por uma investigação sobre a natureza da significação ou da identidade de significação... "  
(Dummett, 1973: 92)

No entanto, mesmo com essa mudança, em grande parte decorrente do alongamento da reflexão sobre os limites da expressividade proposicional da linguagem, Wittgenstein manteve uma idéia tractariana, que é a idéia das fronteiras do dizer, que, neste novo contexto, torna-se subsidiário do fazer, das nossas práticas sociais, constituídas por regras.

Usar uma linguagem não é determinado pelo apreender o que é extrínseco a ela. Trata-se agora de um fazer, do mesmo tipo que o jogar um jogo. É algo que possui regras inerentes- uma gramática, como ele passou a chamar. Você não pode jogar um jogo sem conhecer as suas regras, a sua gramática; e você não pode jogar um jogo que mude de regras a cada lance ou a cada reinício. Falar uma língua passou a ser, para o Wittgenstein maduro, modos de fazer, de agir.

Encerro com alguns exemplos, a la John Searle: pensemos em como fazemos promessas e pensemos (a) numa linguagem em que não possamos fazer promessas e (b) em fazer promessas sem uma linguagem. O mesmo vale para o pedir, o aludir, o propor, o ordenar, o implorar, o compreender, o injuriar, o mentir, o imaginar. Tudo

isto pressupõe seguir uma regra e este seguir uma regra é o que constitui o prometer e os demais jogos de linguagem. Se uma regra destas é quebrada, deixamos de jogar o jogo do prometer. Sem a regra (ou regras) do prometer, como seria fazer uma promessa? Não podemos imaginar. As regras que constituem nossos múltiplos jogos de linguagem são expressas pelas proposições gramaticais, cuja significatividade reside no mostrar as regras e não no descrever o jogo. (Foi por isso que mencionei uma situação na qual imaginamos, em princípio, uma linguagem na qual não podemos fazer promessas). Penso que a discussão sobre a natureza das regras reatualiza, numa perspectiva distinta, o paradoxo da perspicuidade do sentido, com o qual Wittgenstein, num estilo aforístico, encerrou o seu *Tractatus*:

6.54: "Minhas proposições (sobre a linguagem) elucidam desta maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contra-sensos, após ter escalado através delas. (Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela. Deve sobrepujar essas proposições, e então verá o mundo corretamente. Sobre aquilo que não se pode falar, deve-se calar."

O silêncio tractariano, mesmo quando (alegadamente) superada a idéia que dizer é nomear, mesmo quando (alegadamente) superada a idéia de que a essência da linguagem é proposicional, limita as pretensões descritivas com relação às regras que constituem jogos de linguagem. Precisaríamos, para que pudessem ser descritas, *jogar o jogo fora do jogo* e isto não podemos fazer.

#### NOTA

Russel construiu esta solução, que ele chamou de teoria da relação múltipla, entre 1910 e 1913 e a colocou no papel, submetendo-a a seu discípulo Wittgenstein. Russel ficou muito impressionado com as objeções do disc'pulo e não mandou seu manuscrito para a editora. Ele ainda acreditava que estava certo, mas confessou, numa carta à amiga, lady Ottoline Morrel, que "sentia nos ossos que ele deve ter razão e que viu algo que me escapou". A carta foi publicada por R. W. Clark, em *The life of Bertrand Russel* (1975) e o manuscrito permaneceu inédito até 1984, quando apareceu no volume 7 dos *Collected Papers of Bertrand Russel*, (org.) Elizabeth R. Eames, Kenneth Blackwell, Londres, Allen & Unwin, 1984. ◀◀

#### BIBLIOGRAFIA

1. Dummett, Michael. . Frege:: Philosophy of language, New York, Harper and Row, 1973.◀◀

2. Ross, W. D. (Ed.). *The works of Aristotle translated into English*, Oxford, Oxford University Press, 1931.
3. Russel, Bertrand. *On denoting*, in: R. Marsh (ed.) *Logic and Knowledge*, London, Unwin Hyman, 1956.
4. Russel, Bertrand. *Logical Atomism*, in: *Contemporary British Philosophy: Personal Statements*, London, First Series, 1924.
5. Russel, Bertrand. *Collected Papers of Bertrand Russel*, Elizabeth R. Eames (org.), Kenneth Blackwell, Londres, Allen & Unwin, 1984. ◀◀
6. Searle, John. *Speech Acts*, Cambridge University Press, Cambridge, Mass, 1969. ◀◀
7. Wittgenstein, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, transl. D.F. Pears and B.F. McGuinness, London, 1974.
8. Wittgenstein, Ludwig. *The blue and brown books* (2nd ed.). New York: Harper & Row, 1960.
9. Wittgenstein, Ludwig. *Philosophical Investigations*, transl. G.E.M. Anscombe, New York, 1958. ◀◀